

Carta nº 151/2019 - ADTEL

Brasília – DF, 15 de julho de 2019.

Ao

Senado Federal

A/C: Sr. José Olivar Campos da Silva

SEPCO – Serviço de Planejamento e Controle

Via N2, Bloco de Apoio 16, salas 12 e 13 (mezanino), Senado Federal

Brasília - DF

REF.: Pregão Eletrônico nº 040/2019
Contrato

Senhor Pregoeiro,

ADTEL Tecnologia Eireli, inscrita no CNPJ nº 06.926.324/0001-31, Inscrição Estadual nº 07458253/001-04, sediada na EQS 102/103 Bloco “A” Loja 147-Térreo, Asa Sul, Brasília/DF, CEP 70.330-400, telefone nº (61) 3051-1014, fax nº (61) 3344-0193, e-mail licitacoes@adteltecnologia.com.br, por intermédio de seu representante legal, vem através desta, em atendimento a Cláusula Décima Segunda – Da Garantia do Contrato nº 2019/045, encaminha:

- 01 (uma) via da Apólice de Seguro Garantia de nº 0306920199907750300469000;
- Proposta de Seguro de Risco de RC;
- Certificado de Contratação de Seguro de Risco RC.

Informamos que a Apólice de Seguro de Risco RC será encaminhada a vossa senhoria assim que liberada pela seguradora.

Ao dispor para o que se faça necessário.

Atenciosamente,



Marcos Teixeira Barbosa
Administrador

CERTIFICADO DE CONTRATAÇÃO

Belo Horizonte, 16 de julho de 2019.

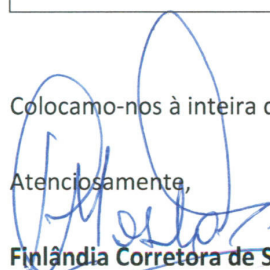
Certificamos para os devidos fins que está sendo emitido para a empresa ÁDTEL TECNOLOGIA EIRELI - CNPJ – 06.926.324/0001-31 uma apólice para o Risco de RC – PREST. SERV. DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO EM LOCAIS DE TERCEIROS, junto à BERKLEY BRASIL SEGUROS, com prazo de vigência a partir de 16/07/2019 a 16/07/2020, relativo aos serviços a serem prestados para o SENADO FEDERAL - no município de BRASILIA/DF, conforme contrato Nº 0045/2019 DO SENADO FEDERAL.

Permanecem inalteradas as cláusulas, condições e dizeres da presente apólice de seguro.

COBERTURAS	I.S. (R\$)	FRANQUIAS
RC PREST. DE SERVIÇOS EM LOCAIS DE TERCEIROS	R\$ 200.000,00	P.O.S de 10% dos prejuízos com mínimo de R\$ 3.000,00 (aplicável por imóvel, por evento e por reclamante).
RC - EMPREGADOR	R\$ 200.000,00	P.O.S de 10% dos prejuízos com mínimo de R\$ 3.000,00 (aplicável por imóvel, por evento e por reclamante).
DANOS MORAIS	R\$ 200.000,00	P.O.S de 10% dos prejuízos com mínimo de R\$ 3.000,00 (aplicável por imóvel, por evento e por reclamante).

Colocamo-nos à inteira disposição para maiores esclarecimentos.

Atenciosamente,

 **Mário Lácio**
Técnico de Seguros

Finlândia Corretora de Seguros

CNPJ 10.864.690/0001-80

SUSEP: 10.0638935

APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA DE SEGUROS**Segurado: ADTEL TECNOLOGIA EIRELI****CNPJ: 06.926.324/0001-31****Co-segurados: EMPREITEIROS E SUBEMPREITEIROS CONTRATADOS PARA A OBRA.****Local do risco: PÇA DOS TRES PODERES- BRASILIA/DF.****Período da obra: 12 meses****Valor do contrato: R\$ 3.986.254,13****Validade da proposta: 10 dias****Objeto do seguro:**

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS E SOB DEMANDA REFERENTES À MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E PREDITIVA DOS SISTEMAS E EQUIPAMENTOS DE MARCENARIA, SERRALHERIA E OBRAS CIVIS DO COMPLEXO ARQUITETÔNICO DO SENA DO FEDERAL (INCLUSIVE DAS RESIDÊNCIAS OFICIAIS) E ÁREAS COMUNS DO CONGRESSO NACIONAL, CONFORME CONTRATO Nº 0045/2019 – SENADO FEDERAL.

SEGURO DE RISCO DE - RC – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.**Coberturas e Franquias**

BERKLEY BRASIL SEGUROS		
COBERTURAS	IMPORTÂNCIA SEGURADA (R\$)	FRANQUIA POR EVENTO
DANOS MORAIS	R\$ 200.000,00	10% dos prejuízos com o mínimo de R\$ 3.000,00 por terceiro reclamante.
RC EMPREGADOR.	R\$ 200.000,00	10% dos prejuízos com o mínimo de R\$ 3.000,00 por terceiro reclamante.
RC . PREST. DE SERV. LOCAIS DE TERCEIROS.	R\$ 200.000,00	10% dos prejuízos com mínimo de R\$ 3.000,00 (aplicável por imóvel, por evento e por reclamante).



APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA DE SEGUROS**Notas**

FAVOR ATENTAR PARA IMPORTÂNCIAS SEGURADAS/FRANQUIAS;

P.O.S. – Participação obrigatória do segurado na franquia;

Esta proposta não ampara danos causados a terceiros decorrentes de falhas e/ou omissões profissionais praticados pelo responsável na execução da obra, projetos e/ou serviços;

A proposta do seguro em questão não representa qualquer espécie de cobertura provisória ou qualquer espécie de responsabilidade da Seguradora na eventualidade da ocorrência de um sinistro;

A aceitação do risco bem como a ratificação dos valores apresentados estão condicionados ao resultado da Inspeção a ser realizada pela Seguradora;

A ratificação das importâncias seguradas e coberturas são de responsabilidade do Segurado;
Seguro à base de ocorrência.

Prêmios e formas de pagamento

	BERKLEY BRASIL SEGUROS	
	FORMA DE PAGAMENTO	TOTAL
Opção 1	A VISTA R\$ 1.123,31	R\$ 1.123,31

Opção de pagamento
☒ opção 1

Belo Horizonte, 12 de julho de 2019.

MARIO LUCIO DA COSTA

TELEFONE: (31)3546-1760

E-MAIL: mariolucio@finlandiasseguros.com.br

ÁREA TÉCNICA DE RAMOS ELEMENTARES

COTAÇÃO NÚMERO: 290503720



FINLÂNDIA CORRETORA DE SEGUROS LTDA

CNPJ 10.864.690/0001-80 SUSEF: 10.0638935

AV. RAJA GABAGLIA, Nº 959 – 10º ANDAR – LUXEMBURGO – 30.380-403 BELO HORIZONTE / MG (31)3546-1760

Para fechamento do seguro

Documentos necessários:

- Proposta assinada;
- Ficha de Informações assinada pelo Engenheiro da Obra;
- Contrato assinado;

Ciente e de acordo com as coberturas, importâncias seguradas, franquias, notas apresentadas nesta proposta e autorizo o fechamento do seguro conforme opções acima:

_____ de _____ de 20 _____



Alan de Oliveira Souza
Gerente de Contratos

Assinatura e carimbo (gentileza rubricar as demais páginas)

DADOS DO SEGURADO

NOME: SENADO FEDERAL CPF OU CNPJ: 00.530.279/0001-15
ENDEREÇO: PC DOS TRES PODERES S/N - PALNO PILOTO
CEP: 70.100-000 CIDADE: BRASILIA UF: DF

DADOS DO TOMADOR

NOME: ADTEL TECNOLOGIA EIRELLI CPF OU CNPJ: 06.926.324/0001-31
ENDEREÇO: SHC/SUL EQ 102/103, BLOCO A, LOJA 147, TÉRREO - CENTRO EMPRESARIAL SÃO FRANCISCO - ASA SUL
CEP: 70.330-400 CIDADE: BRASÍLIA UF: DF

DADOS DO CORRETOR

NOME: FINLÂNDIA CORRETORA DE SEGUROS LTDA CPF OU CNPJ: 10.864.690/0001-80 SUSEP:100638935

LIMITE MÁXIMO DE GARANTIA / MODALIDADE

LIMITE MÁXIMO DE GARANTIA (LMG): R\$ 199.312,71 - Cento e Noventa e Nove Mil e Trezentos e Doze Reais e Setenta e Um Centavos

MODALIDADE: Construção, Fornecimento ou Prestação de Serviços

O Limite Máximo de Garantia é o valor máximo que a seguradora se responsabilizará perante o segurado em função do pagamento de indenização.

OBJETO DA GARANTIA

Este seguro garante a indenização, até o valor da garantia fixado na apólice, pelos prejuízos causados pelo Tomador ao Segurado, em razão de inadimplemento das obrigações previstas no Contrato nº 2019/0045, Edital do Pregão Eletrônico nº 40/2019, cujo objeto é: prestação de serviços contínuos e sob demanda referentes à manutenção preventiva, corretiva e preditiva dos sistemas e equipamentos de marcenaria, serralheria e obras civis do Complexo Arquitetônico do Senado Federal (inclusive das Residências Oficiais) e áreas comuns do Congresso Nacional, com a disponibilização de mão de obra qualificada e com suprimento de insumos necessários à execução dos serviços, durante 12 (doze) meses consecutivos.

COBERTURAS CONTRATADAS

COBERTURA	IMPORTÂNCIA SEGURADA	PRÊMIO LÍQUIDO	INICIO DE VIGÊNCIA	FIM DE VIGÊNCIA
Construção, Fornecimento ou Prestação de Serviços	R\$ 199.312,71	R\$ 1.242,50	11/07/2019	11/10/2020
Ações Trabalhistas e Previdenciárias	R\$ 199.312,71	R\$ 1.242,50	11/07/2019	11/10/2020

Não se aplica franquia a nenhuma das coberturas contratadas por esta Apólice.

DADOS DO PRÊMIO DE SEGURO

CUSTO DO SEGURO			FORMA DE PAGAMENTO - BOLETO		
Prêmio Líquido	R\$	2.485,00	Parcela	Valor	Vencimento
Adicional de Fracionamento	R\$	0,00	1	R\$ 828,33	27/07/2019
Custo de Apólice	R\$	0,00	2	R\$ 828,33	12/08/2019
IOF	R\$	0,00	3	R\$ 828,34	29/08/2019
Prêmio Total	R\$	2.485,00			

Susep - Superintendência de Seguros Privados - Autarquia Federal responsável pela fiscalização, normalização e controle dos mercados de seguro, previdência complementar aberta, capitalização, resseguro e corretagem de seguros. Plano de Seguro aprovado em conformidade com a Circular Susep 477/13 e Processo Susep 15414.900138/2014-20. O Registro deste plano na Susep não implica, por parte da Autarquia, incentivo ou recomendação à sua comercialização. O Processo deste plano e a situação cadastral do(s) Corretor(es) deste Seguro poderão ser consultados no site www.susep.gov.br, por meio dos números de registros informados nesta apólice, ou pelo telefone SUSEP de atendimento ao público 0800 021 8484 (ligação gratuita).

Belo Horizonte, 12/07/2019 14:41:00

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP 2200-2 de 24/08/2001, que instituiu a infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras - ICP Brasil, em vigor consoante E.C. nº 32 de 11/09/2001 - Art.2º. Art.1º. - Fica instituída a infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil, para garantir a autenticidade, integridade e validade jurídica de documentos em forma eletrônica, das aplicações de suporte e das aplicações que utilizem certificados digitais, bem como a realização de transações eletrônicas seguras.

A autenticidade do presente documento, bem como o arquivo em forma eletrônica deve ser verificada no endereço <https://www.pottencial.com.br/autenticidade>. No site, informe o Nº da Apólice: 0306920199907750300469000 e o Controle Interno: 00AA8A0495B50E29. Após sete dias úteis da emissão, este documento poderá também ser verificado no site da Susep: www.susep.gov.br sob o nº de documento 030692019009900750300469000000.


João de Lima Géo Neto
Diretor
Certificado Digital emitido pela Serasa Certificadora Digital


Ricardo Nassif Gregório
Diretor
Certificado Digital emitido pela Serasa Certificadora Digital



As coberturas desta apólice foram contratadas em conformidade com as Condições Gerais do Seguro Garantia, de acordo com a Circular SUSEP nº 477/2013. As Condições Gerais deste produto encontram-se disponíveis no endereço: www.pottencial.com.br, ou através do QR Code.

CONDIÇÕES ESPECIAIS

CIRCULAR SUSEP 477/13 - PLANO PADRONIZADO**CONDIÇÕES ESPECIAIS - SEGURO GARANTIA PARA CONSTRUÇÃO, FORNECIMENTO OU PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS****CAPÍTULO II: CONDIÇÕES ESPECIAIS. RAMO 0775: SEGURADO SETOR PÚBLICO.****1. OBJETO:**

1.1. Este contrato de seguro garante a indenização, até o valor da garantia fixado na apólice, pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pelo tomador no contrato principal, para construção, fornecimento ou prestação de serviços.

1.2. Encontram-se também garantidos por este contrato de seguro os valores das multas e indenizações devidas à Administração Pública, tendo em vista o disposto na Lei nº 13.303/2016 ou na Lei nº 8.666/1993.

1.3. Poderá ainda ser contratada, com verba específica independente, a Cobertura Adicional de Ações Trabalhistas e Previdenciárias, conforme descrito no Capítulo III deste Anexo.

2. DEFINIÇÕES:

Define-se, para efeito desta modalidade, além das definições constantes na Lei nº 13.303/2016 ou na Lei nº 8.666/1993 e do art. 2º da Lei nº 8.987/85:

I - Prejuízo: perda pecuniária comprovada, excedente aos valores originários previstos para a execução do objeto do contrato principal, causada pelo inadimplemento do tomador, excluindo-se qualquer prejuízo decorrente de outro ramo de seguro, tais como responsabilidade civil, lucros cessantes.

3. VIGÊNCIA:

3.1. A vigência da apólice será fixada de acordo com as seguintes regras:

I - coincidindo com o prazo de vigência do contrato administrativo pertinente à execução de obras, serviços e/ou compras;

II - por períodos renováveis, no caso de concessões e permissões do serviço público.

3.2. As renovações, a que se refere o inciso II do item 3.1., não se presumem, serão precedidas de notificação escrita da seguradora ao segurado e ao tomador, com antecedência de até noventa dias da data do término de vigência da apólice em vigor, declarando seu explícito interesse na manutenção da garantia.

4. EXPECTATIVA, RECLAMAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO SINISTRO:

4.1. Expectativa: tão logo realizada a abertura do processo administrativo para apurar possível inadimplência do tomador, este deverá ser imediatamente notificado pelo segurado, indicando claramente os itens não cumpridos e concedendo-lhe prazo para regularização da inadimplência apontada, remetendo cópia da notificação para a seguradora, com o fito de comunicar e registrar a Expectativa de Sinistro.

4.2. Reclamação: a Expectativa de Sinistro será convertida em Reclamação, mediante comunicação pelo segurado à seguradora, da finalização dos procedimentos administrativos que comprovem o inadimplemento do tomador, data em que restará oficializada a Reclamação do Sinistro.

4.2.1. Para a Reclamação do Sinistro será necessária a apresentação dos seguintes documentos, sem prejuízo do disposto no item 7.2.1. das Condições Gerais:

a) Cópia do contrato principal ou do documento em que constam as obrigações assumidas pelo tomador, seus anexos e aditivos se houver, devidamente assinados pelo segurado e pelo tomador;

- b)Cópia do processo administrativo que documentou a inadimplência do tomador;
- c)Cópias de atas, notificações, contra notificações, documentos, correspondências, inclusive e-mails, trocados entre o segurado e o tomador, relacionados à inadimplência do tomador;
- d)Planilha, relatório e/ou correspondências informando da existência de valores retidos;
- e)Planilha, relatório e/ou correspondências informando os valores dos prejuízos sofridos;

4.2.2. A não formalização da Reclamação do Sinistro tornará sem efeito a Expectativa do Sinistro;

4.3. Caracterização: quando a seguradora tiver recebido todos os documentos listados no item 4.2.1. e, após análise, ficar comprovada a inadimplência do tomador em relação às obrigações cobertas pela apólice, o sinistro ficará caracterizado, devendo a seguradora emitir o relatório final de regulação;

5. RATIFICAÇÃO:

Ratificam-se integralmente as disposições das Condições Gerais que não tenham sido alteradas pela presente Condição Especial.

Texto Cobertura**Ações Trabalhistas e Previdenciárias****1. OBJETO:**

1.1. Esta cobertura adicional tem por objeto garantir exclusivamente ao segurado, até o limite máximo de indenização, o reembolso dos prejuízos comprovadamente sofridos em relação às obrigações de natureza trabalhista e previdenciária de responsabilidade do tomador oriundas do contrato principal, nas quais haja condenação judicial do tomador ao pagamento e o segurado seja condenado subsidiariamente e que os valores tenham sido pagos por este, em decorrência de sentença condenatória transitada em julgado, bem como do trânsito em julgado dos cálculos homologados ou ainda nas hipóteses de acordo entre as partes com prévia anuência da seguradora e conseqüente homologação do Poder Judiciário.

1.2. No que diz respeito à subsidiariedade, a responsabilidade do segurado será referente relação trabalhista e/ou previdenciária entre o autor/reclamante da demanda trabalhista e o tomador, oriundas do contrato principal objeto desta garantia, ocorridas dentro do período de vigência da apólice. Conseqüentemente, a responsabilidade da seguradora será relativa ao período de vigência da apólice e que o débito trabalhista seja decorrente unicamente do lapso temporal garantido.

2. DEFINIÇÕES:

Definem-se, para efeito desta cobertura adicional:

2.1. Autor/Reclamante: aquele que propõe na justiça trabalhista uma reclamação e esta seja oriunda do contrato principal, firmado entre tomador e segurado, o qual é objeto da apólice em questão.

2.2. Limite Máximo de Indenização: valor máximo que a seguradora se responsabilizará perante o segurado em função do pagamento de indenização, por cobertura contratada.

2.3. Obrigações Previdenciárias: são aquelas especificadas pelas Leis nº 8.212/91 e todas as suas alterações posteriores no que couber, bem como em leis esparsas, as quais dispõem sobre o recolhimento das contribuições devidas a cada categoria de empregado, observando-se as datas e percentuais.

2.4. Obrigações Trabalhistas: entende-se por obrigações trabalhistas as decorrentes do pagamento da contraprestação devida ao empregado pelo seu labor dispensado ao tomador, bem como de seus encargos, sendo a remuneração a que tem direito e todos seus reflexos, conforme determina a legislação em vigor.

2.5. Responsabilidade Subsidiária: é aquela que recai sobre garantias que somente são exigidas quando a principal é insuficiente, ou seja, inadimplente o real empregador - prestador de serviços, aqui denominado tomador, e esgotadas as tentativas de executá-lo, pode-se exigir do segurado o cumprimento das obrigações do réu/tomador, desde que o segurado tenha participado da relação processual e conste do título executivo judicial.

3. EXPECTATIVA, RECLAMAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO SINISTRO:

3.1. Expectativa: quando o segurado receber citação(ões) judicial(ais) para apresentar defesa trabalhista e/ou previdenciária, cujo autor/reclamante reivindique crédito de natureza remuneratória ou direito de responsabilidade do tomador, deverá comunicar a seguradora, tão logo seja citado, enviando cópia(s) da(s) referida(s) citação(ões) e de todo(s) documento(s) juntado(s) aos autos tanto pelo autor/ reclamante como pelo réu/tomador.

3.1.1. Caso ocorra o item 3.1. acima e reste pendente o trânsito em julgado da sentença, o segurado terá seus direitos preservados até decisão definitiva.

3.1.2. Estão cobertas por esta garantia somente as ações trabalhistas distribuídas na Justiça do Trabalho.

3.2. Reclamação: a Expectativa de Sinistro será convertida em Reclamação, mediante comunicação do segurado à seguradora, quando transitada em julgado a ação, com o

pagamento dos valores constantes na condenação do segurado.

3.2.1. Para a Reclamação do Sinistro será necessária a apresentação dos seguintes documentos, sem prejuízo do disposto no item 7.2.1. das Condições Gerais:

a) comprovante(s) de pagamento dos valores citados no item 3.2. desta Cobertura Adicional;

b) certidão(ões) de trânsito em julgado das sentenças proferidas e com os valores homologados;

c) acordo devidamente homologado pelo Poder Judiciário, se houver.

d) guias de recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

e) guias de recolhimento do INSS dos empregados que trabalharam nos serviços contratados;

f) documentos comprobatórios de que o autor/reclamante trabalhou para o réu/tomador no contrato principal dentro do período de vigência da apólice.

3.3. A Reclamação de Sinistros amparada pela presente cobertura poderá ser realizada durante o prazo prescricional, nos termos o art. 7º, inciso XXIX da Constituição da República, no que se refere ao Direito do Trabalho.

3.4. A não formalização da Reclamação do Sinistro tornará sem efeito a Expectativa do Sinistro;

3.5. Caracterização: recebida a notificação, devidamente acompanhada dos documentos citados no item 3.2.1., a Seguradora deverá concluir o processo de regulação de sinistro e emitir o relatório final de regulação de sinistro.

4. ACORDOS:

4.1. Nas hipóteses, e no momento, em que o segurado tenha intenção de realizar acordos nas ações judiciais cobertas por esta cobertura, o mesmo deverá enviar uma memória de cálculo simples das verbas pleiteadas pelo autor, juntamente com uma estimativa do valor a ser acordado.

4.2. A seguradora, após receber os documentos constantes no item 4.1. e fazer sua análise da situação fático-jurídica, enviará ao segurado em até 20 (vinte) dias da data do recebimento, sua aceitação ao valor proposto, ou apresentará um valor máximo alternativo ou ainda, manifestar-se-á se enviará preposto para audiência, cuja data será devidamente comunicada pelo segurado em tempo hábil.

4.3. Acordos decorrentes das reclamações trabalhistas e/ou previdenciárias poderão ser realizados, desde que cumpridos os requisitos dos itens 4.1. e 4.2..

5. INDENIZAÇÃO:

Caracterizado o sinistro na forma descrita no item 3.5., a seguradora indenizará o segurado, por meio de reembolso, até o limite máximo de indenização estabelecido na apólice.

6. PERDA DE DIREITO:

Além das perdas de direito descritas na Cláusula 11 das Condições Gerais, o segurado perderá o direito a indenização na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

I - não cumprimento por parte do segurado das exigências descritas na Cláusula 3 desta Cobertura Adicional.

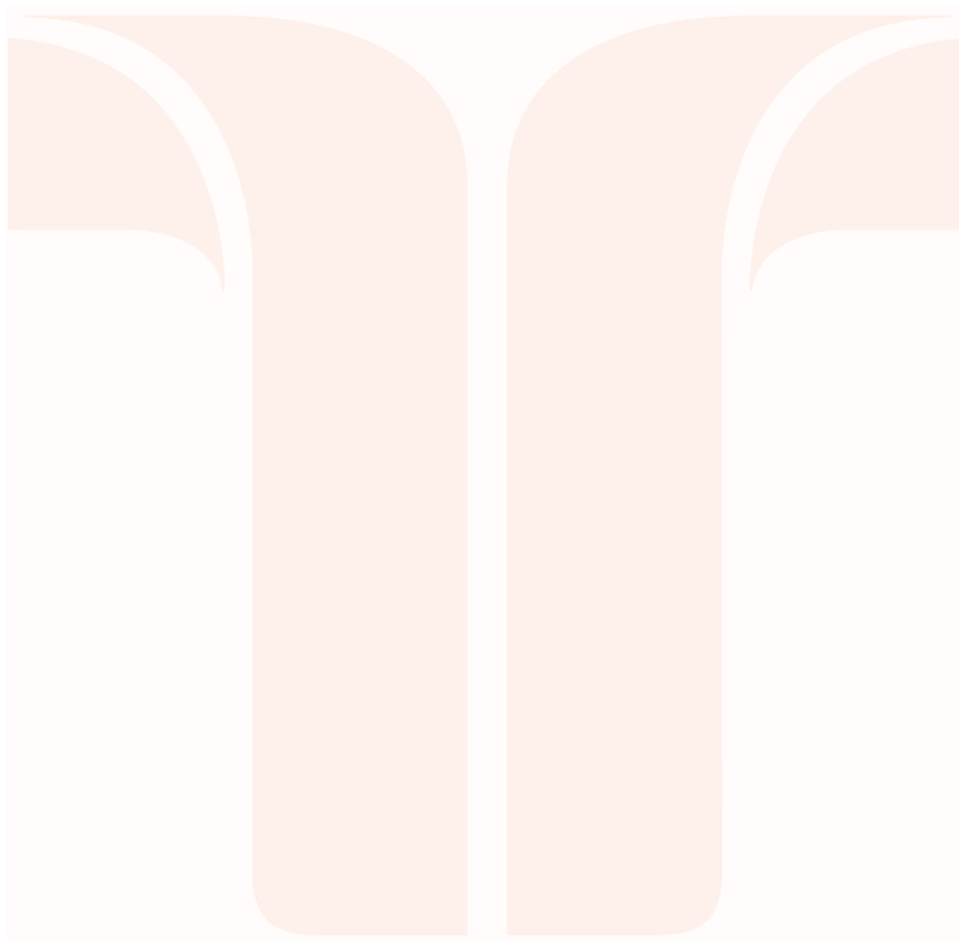
II - quando o segurado deixar de apresentar defesa ou perder prazo para interposição de recurso ou for considerado revel nos termos do artigo 844, parágrafo único da Consolidação de Leis do Trabalho ou confessar.

III - se o segurado firmar acordo sem a prévia anuência da seguradora ou este não for homologado pelo Poder Judiciário.

IV - nos casos de condenações do tomador e/ou segurado no que se refere a dano moral e/ou dano material, assédio moral ou sexual decorrentes de responsabilidade civil do tomador e/ou do segurado e indenizações por acidente de trabalho.

7. RATIFICAÇÃO:

Ratificam-se integralmente as disposições das Condições Gerais que não tenham sido alteradas pela presente Condição Especial.



CLÁUSULAS PARTICULARES**CONDIÇÃO PARTICULAR - SENADO FEDERAL**

Resolve a Pottencial Seguradora S/A. emitir a presente Cláusula Particular, com o objetivo de: excluir os itens Inciso I da cláusula 8.1, cláusulas 8.3, 8.3.1 e 16 das CONDIÇÕES GERAIS, retificar os Incisos III, IV, e V da cláusula 11 das CONDIÇÕES GERAIS e incluir a condição de anticorrupção conforme abaixo:

III. Alteração das obrigações contratuais garantidas por esta apólice, que tenham sido acordadas entre segurado e tomador, sem que tenham sido no prazo máximo de 05 (dias) úteis da assinatura da alteração levadas a conhecimento e novo aceite da seguradora.

IV. Atos ilícitos dolosos praticados pelo segurado, pelo beneficiário ou pelo representante, de um ou de outro;

V. O segurado não cumprir integralmente as obrigações previstas no contrato de Seguro.

ANTICORRUPÇÃO:

Fica estabelecido que, especificamente para fins indenizatórios, estarão cobertos pela presente apólice os prejuízos e/ou demais penalidades decorrentes de atos e/ou fatos violadores de normas anticorrupção, perpetrados pelo tomador no âmbito do contrato garantido e que tragam prejuízos ao segurado, e desde que não conte com a comprovada participação do segurado, seus respectivos sócios/acionistas, representantes, titulares ou funcionários.

A presente apólice cobre:

1. Prejuízos advindos do não cumprimento do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
2. Multas moratórias e punitivas aplicadas pelo contratante à contratada;
3. Prejuízos causados ao contratante decorrente de culpa ou dolo, durante a execução do contrato;
4. Obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela contratada, nos termos da Circular 477/2013.